

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

Curso de Pedagogia

ELOISA SANTOS

VANESSA LOUREIRO

Eduardo Gallego

Marcia Mascia

**A pedagogia tecnicista: uma análise histórica e
contemporânea**

Cidade

2022

DEDICATÓRIA

Primeiramente, dedico este trabalho a Deus, o qual me capacitou diariamente em minha jornada, iluminou minha mente e meus caminhos, me abraçou nos dias de angústia e me fortaleceu quando eu queria desistir, colheu cada lágrima que derramei de meus olhos quando pensei que não conseguiria alcançar tal objetivo e hoje graças a sua infinita bondade estou aqui, conquistando um sonho.

Em seguida, dedico este trabalho a minha linda filha Isabelly Vitória, a quem me permitiu sonhar com todo este processo, foi por ela que desejei mudar a minha vida, acreditar em meus sonhos e perseverar, mesmo diante de muitas dificuldades, sua existência e o amor que sinto por você me fez continuar.

Não posso deixar de agradecer imensamente ao meu marido Fábio Diniz, que sempre esteve ao meu lado, me incentivando, me apoiando e até mesmo suportando os diversos humores de um universitário (não foi fácil).

Meus pais, minha mãe (Rosângela), meu pai (Demilson), dedico a vocês, parte desta realização, vocês que sempre me incentivaram, sonharam com o dia em que eu estaria em uma universidade, agora cá estou eu, dedicando meu TCC a vocês, sou imensamente grata a tudo que vocês fizeram por mim, por cada “puxão de orelha”, pelas preocupações, pelo amor, vocês foram o elo de ligação que me incentivaram a não desistir.

E por fim, mas não menos importante aos meus irmãos (Bruno, Lucas e Rafael) amo vocês imensamente, nada disso seria possível sem eu ter vocês na minha vida. Vocês fazem parte desse sonho, vocês me ajudaram a concluir essa etapa da minha vida e dedico a cada um, cada parte de toda essa conquista. Obrigada!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, minha família e professores que sempre me apoiaram e incentivaram neste processo. A cada criança que tive contato desde quando entrei na universidade e comecei a atuar na área da educação, alunos que me fizeram ter plena convicção da minha escolha.

PEDAGOGIA TECNICISTA: HISTÓRICA E CONTEMPORÂNEA

Eloisa Santos¹

RA 002201900980

Vanessa Loureiro²

RA 002201900839

RESUMO

O objetivo deste artigo é investigar através do contexto histórico educacional, o surgimento do ensino técnico e sua relação com o sistema econômico e compreender o motivo pelo qual essa educação tecnicista era voltada apenas às classes populares, fato que, intensificava cada vez mais a desigualdade social no ensino educacional. Após anos de uma pedagogia voltada apenas para a técnica e especialização de mão de obra, atualmente vemos, através do novo ensino médio, características da pedagogia tecnicista. Diante disto, o artigo em questão tem o objetivo de desmistificar os propósitos existenciais por trás de uma educação que enfatiza para as camadas populares um ensino preparatório, com o intuito de preparar os alunos para ingressarem nas indústrias, ofertando no ensino médio o curso técnico/profissionalizante, enquanto a rede de ensino particular proporciona uma educação mais complexa para seus alunos. O estudo se intensifica em caráter bibliográfico, analisando livros, artigos científicos, teses entre outros, com a temática em questão. Com base nos estudos realizados, ressalta-se a importância de um novo plano educacional brasileiro, com uma educação que vise atender todos os aspectos do educando, que aguçe sua criticidade e colabore para com sua formação como um todo.

Palavras-chave: Ensino técnico, dualidade de ensino, capitalismo, igualdade.

INTRODUÇÃO

No artigo em questão, iremos discutir a proposta da formação técnica e profissional definida a partir da Lei nº13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que instituiu a Política de incitação à Implementação de escolas de ensino médio em tempo integral. Diante disso, faremos uma breve reconstrução histórica do ensino profissional no Brasil.

Em meados do século XX, é ressaltado resumidamente a Teoria do Capital Humano que coincide com o destaque dado ao caráter economicista da educação que começa a ser formada e logo depois estabelecida pelo governo militar sendo uma proposta tecnicista para o sistema de ensino no Brasil.

No período de 1930 a 1945 com a posse do presidente Getúlio Vargas, o estado toma

¹ Aluno do curso de Pedagogia da Universidade São Francisco, Campus XXXXX.

² Aluno do curso de Pedagogia da Universidade São Francisco, Campus XXXXX.

consciência da importância estratégica de utilizar o sistema educacional para assegurar e consolidar as mudanças estruturais ocorridas; na gestão de Francisco Campos ministro da educação foram aprovados projetos de reforma do ensino secundário e técnico, porém, o mesmo persistia com a ideia que o ensino técnico não se igualava ao ensino acadêmico. E a Constituição federal de 10 de novembro de 1937 ao legislar sobre o ensino técnico o faz de modo a reavivar o preconceito contra o trabalho manual destinando-o às classes menos favorecidas.

Segundo a constituição:

O Ensino pré- vocacional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhes dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especificidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público. (Brasil,1937)

Já no período do ano de 1940 e 1950, embora tenha ocorrido uma ampla estruturação do ensino e algumas tentativas de se quebrar a dualidade que o caracterizava; as finalidades atribuídas ao ensino secundário, se concentrava em, formar individualidades condutoras e o ensino profissional, formar trabalhadores.

Em 1942 a Reforma Capanema faz o ajuste entre as propostas pedagógicas para a formação de intelectuais e trabalhadores; para a burguesia são criados cursos de 2º ciclo, destinados a preparar os estudantes para o ensino superior. Portanto, historicamente a organização escolar no Brasil se divide em duas trajetórias escolares específicas, dirigidas a clientela diferenciadas na sociedade. Sendo o ensino primário seguido por um ensino secundário, complementado por um ensino superior de caráter profissional. Destinado a uma minoria da população, aquela que atuaria nas posições hierárquicas superiores.

Diversas mudanças ocorreram ao longo da história na educação brasileira, contudo, segundo Carvalho (2021) a educação destinada às camadas populares, estava pautado, sistematicamente em formar cidadãos aptos ao mercado de trabalho, o ensino era voltado para este objetivo em questão, eram classificados com base na sua condição social, julgados como se fossem aptos apenas para o trabalho manual.

De acordo com MEC:

O sistema educacional brasileiro até 1960 era centralizado e o modelo era seguido por todos os estados e municípios. Com a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1961, os órgãos estaduais e municipais ganharam mais autonomia, diminuindo a centralização do MEC.(BRASIL, 2018)

A educação, anteriormente a 1ª LDB, promulgada em 1961, não possuía uma constituição definida, diante disso, para regular o sistema de ensino surge a Lei de Bases e Diretrizes, sancionada pelo presidente da época, João Goulart.

Em 1961 entra em vigor a 1ª LDB (Lei de diretrizes e bases da educação), a qual, segundo Chaves (2021, p. 01) “define e regulariza o sistema de educação a partir da Constituição”. A partir desta nova reforma institucional, a educação brasileira passou a ser regida com base nas leis constitucionais. De acordo com Jacobucci (2002, p. 37) “...vale ressaltar que esta foi a primeira Lei de Educação ampla e democraticamente discutida antes de ser regulamentada.” Ao analisarmos a fala do autor, podemos concluir que a elaboração da 1ª LDB, foi realizada através de um ato democrático. Contudo, o golpe militar de 1964, tinha outros planos de reforma para a educação brasileira.

De acordo com Jacobucci (2002, p. 42) “A inspiração humanista decorrente da Lei 4025/61, foi estrangulada pela tendência tecnicista das Leis 5540 e 5692 que estão mais ligadas com o modelo tecnoburocrático-capitalista-dependente, adotado pelo regime militar.” Com o advento do golpe militar, os militares tomam força nas camadas de decisões a respeito do Brasil, e diferentemente da 1ª LDB a qual, segundo Jacobucci (2002, p. 40) “As leis nº 5692/71 (Reforma do Ensino de 1º e 2º graus) são impostas de forma autoritária pelos militares e tecnocratas, ao passo que a lei nº 4024/61 tinha sido debatida amplamente pela sociedade civil.” De forma autoritária e antidemocrática, os militares desenvolvem leis e impõe à sociedade brasileira o dever de cumpri-las, sem o direito de objeções.

De acordo com a autora:

a reforma de 1971. A Lei no 5.692, de 11 de agosto desse ano, colocou como compulsória a profissionalização em todo o ensino de 2º grau. Essas medidas foram significativas na prática economicista no plano político que, concebendo um vínculo linear entre educação e produção capitalista, buscou adequá-la ao tipo de opção feita por um capitalismo associado ao grande capital. A contradição que aparece nesse quadro, porém, é a crescente função propedêutica do ensino técnico contrapondo-se ao propósito contenedor de acesso ao Ensino Superior.(RAMOS, 2014, p. 30)

De acordo com a autora, a lei 5692/71, propõe o ensino profissionalizante no 2º grau, com o intuito de acelerar o desenvolvimento econômico do país, vinculando a educação ao sistema econômico, contudo tal fato aumentava a dualidade educacional, pois os cursos profissionalizantes restringia o acesso ao ensino superior.

Com o fim da ditadura, em 1985, muito se discutia sobre a educação, era necessário uma nova reforma estudantil, e em 1996, surge a 3ª reforma da LDB, a lei 9394/96. A Lei de Bases e Diretrizes (LDB), título II, a qual nos diz respeito aos Princípios e Fins da Educação Nacional, em seu artigo 2º encontramos a seguinte descrição:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.(Brasil, 1996)

Ao analisarmos o artigo da constituição federal, podemos observar que “pleno desenvolvimento do educando” é mencionado anteriormente a “qualificação para o trabalho”, ou seja, deve-se levar em consideração todos os aspectos da vida de um aluno, permitir que o mesmo tenha acesso a todas as suas necessidades e possibilidades como cidadão, incentivá-lo a ser crítico, pensante, um cidadão de fato que exerça sua cidadania. (BRASIL, 1996).

De acordo com o autor:

não importa se trabalhamos com alfabetização, com saúde, com evangelização ou com todas elas-, de, simultaneamente com o trabalho específico de cada um desses campos, desafiar os grupos populares para que percebam, em termos críticos, a violência e a profunda injustiça que caracteriza sua situação concreta. Mais ainda, que sua situação não é destino certo ou vontade de Deus, algo que não pode ser mudado. (FREIRE, 2011, p. 77)

Como destaca o autor, é fundamental incentivarmos o pensamento crítico das camadas populares, não subestimá los devido suas condições financeiras, ou qualquer que seja sua dificuldade, o educador de verdade, incentiva o potencial de seus alunos, ele enxerga além daquilo que os olhos podem contemplar, na perspectiva de Paulo Freire, nada nesta vida é imutável, ou seja, incapaz de se transformar e o papel do educador está em educar para vida, para o mundo.

O presente artigo não tem como finalidade, subestimar a importância da qualificação para o trabalho, obviamente é de suma importância que o cidadão tenha uma profissão, desenvolva um trabalho, que tenha autonomia, contudo o que não deve ocorrer é a subestimação de tais alunos, julgá los como incapazes de sair do comodismo, sem potencial para ir além do que se espera para as classes populares e os prenderem em uma “caixinha” como se fosse o suficiente. O filho do operário deve ter a mesma oportunidade que o filho do burguês. Segundo Freire (2011), temos a capacidade de intervir na nossa realidade e não se adequar a ela. O autor nos traz a ideia de que o ensinar deve ter convicção de que a transformação é possível para todos.

Nos baseando nos estudos realizados, a pergunta de pesquisa que o artigo em questão pretende responder, se dará da seguinte maneira: Qual a finalidade de o ensino técnico ser voltado apenas para as classes populares? O objetivo deste artigo é destacar a importância de um ensino igualitário, um ensino que promova oportunidades para todas as pessoas, independente da sua classe social, deixando de lado a educação dualista existente em nosso país.

Com base neste artigo, conjectura-se a ideia de que a economia brasileira necessita de mão de obra qualificada para que o capitalismo possa continuar gerando lucros para a burguesia, esta mão de obra qualificada está estritamente ligada aos proletários e a seus filhos, enquanto o ensino público oferta uma educação a qual prepara seus alunos para o

mercado de trabalho, o ensino particular visa a preparação de seus alunos para a ingressão ao curso superior, promovendo a dualidade na educação brasileira.

Diante dessas indagações, a pesquisa se dará através de caráter bibliográfico e documental, analisando artigos e periódicos com a temática em questão e documentos a qual relata a jornada educacional brasileira a partir da constituição. A seguir, iremos apresentar uma breve introdução sobre a teoria do capital humano, seguido da história do ensino técnico no Brasil; em seguida discutiremos o dualismo educacional brasileiro; posteriormente, iremos analisar a reforma do novo ensino médio em uma perspectiva profissional.

1 TEORIA DO CAPITAL HUMANO

Educação e economia, para alguns são palavras distintas, para outros a combinação perfeita. De fato, para a classe dominante, fazer a junção desses termos fez todo o sentido para poder continuar gerando lucro para a burguesia. Diante disto, segundo Minto (2021) surge na década de 50 uma teoria que seria capaz de “mudar” o desenvolvimento de um país, gerar lucro para os empregadores e acabar com a desigualdade social, obviamente, tal ideologia era o sonho de toda nação que visava seu crescimento. A partir desta concepção, encontramos a “Teoria do capital humano”

Segundo o autor:

Sua origem está ligada ao surgimento da disciplina Economia da Educação, nos Estados Unidos, em meados dos anos 1950. Theodore W. Schultz, professor do departamento de economia da universidade de Chicago à época, é considerado o principal formulador dessa disciplina e da ideia do capital humano. (MINTO, 2006, p. 01)

Segundo Minto (2021) o intuito desta disciplina era ressaltar o fato de que o “fator humano” era um gerador de produtividade, diante disto, tal ideologia conclui-se que, a educação era a ponte para a qualificação profissional.

Segundo o autor:

Aplicado ao campo educacional, a ideia do capital humano gerou toda uma concepção tecnicista sobre o ensino e sobre a organização da educação, o que acabou de mistificar seus reais objetivos. Sob a predominância desta visão tecnicista, passou-se a disseminar a ideia de que a educação é o pressuposto do desenvolvimento econômico, bem como do desenvolvimento do indivíduo, que ao educar se, estava “valorizando” a si próprio, na mesma lógica em que se valoriza o capital.”(MINTO, 2006, p. 01)

A teoria do “capital humano” coloca a classe trabalhadora como uma fonte de capital,

ou seja, o ser humano passa a ser um capital nas mãos da burguesia, a qual, investindo na educação e qualificação dos profissionais, obterá mão de obra qualificada em suas propriedades privadas. Segundo Frigotto (1984) A teoria do capital humano, é o reflexo de uma sociedade burguesa, a qual subestima a educação popular com uma perspectiva voltada apenas para a qualificação de mão de obra.

Para Frigotto (1984, p. 22-23) “... a visão linear dos teóricos do capital humano que postulam que a educação e treinamento, enquanto potenciadores de trabalho, geram maior produtividade e , como consequência, maior desenvolvimento e maior renda.” Podemos analisar a partir da fala do autor que a teoria do capital humano criava a idéia de que a partir de uma educação voltada para aperfeiçoamento de mão de obra, todos seriam beneficiados, os países, a burguesia e operários.

De acordo com Schultz (1964, p. 139) “ a qualificação e o aperfeiçoamento da população, advindas do investimento em educação, elevariam a produtividade dos trabalhadores e os lucros dos capitalistas, impactando na economia como um todo.” De fato, a ideia era transmitir uma teoria a qual todos seriam capazes de usufruir de seus benefícios, mas mantendo as divisões sociais entre a burguesia e os proletariados, contudo, nesta perspectiva a população estaria se “beneficiando” do conceito de capital humano.

Segundo Frigotto (1984) a educação como ponte para obter mão de obra qualificada, e sucessivamente, a melhoria da produtividade, não significa que nesta ideológica visão o trabalhador esteja recebendo mais, nesta perspectiva, a exploração se intensifica para o proletariado, o qual aumentando sua produtividade, beneficia a burguesia, mas não recebe retorno de seu trabalho de forma igualitária. Tal teoria, segundo o autor, acaba intensificando a desigualdade social, a qual, embora aumentasse a produtividade no trabalho, o mesmo não recebia retorno em sua renda, enquanto isso, a classe dominante aumentava seu capital.

Segundo os autores:

Bocker (1993) menciona que, mesmo havendo diversas pesquisas que evidenciam as contribuições do capital humano ao indivíduo e a população, alguns autores argumentam que a teoria do capital humano não é concisa, uma vez que essa forma de capital também é um mecanismo de exploração ao trabalho pelo capital. Assim, os detentores do capital “físico” e “financeiro” utilizam esse outro tipo de capital “humano” como mais uma alternativa de exploração de mão de obra trabalhadora, fazendo com que o capital humano seja somente uma ferramenta de manipulação ao conhecimento a favor do capital. (BECKER, 1993 apud LIMA; VIANA, 2010, p.141)

Segundo Becker (1993) o capital humano é uma ferramenta que enfatiza de forma indireta a exploração; enquanto os trabalhadores idealizam que seu trabalho, embora estivesse aumentando, seria vantajoso, pois iriam ser recompensados com um salário melhor, contudo, na realidade estavam sendo "vítimas" de um sistema desigual e explorador

aos menos afortunados. Portanto, no próximo tópico, iremos apresentar a teoria tecnicista que foi introduzida no Brasil em meados dos anos 60, trazida diretamente dos Estados Unidos.

1.1 O ENSINO TÉCNICO NO BRASIL: UMA BREVE INTRODUÇÃO

A Pedagogia Tecnicista, foi implementada no sistema educacional brasileiro a partir de 1964, na época em que o Brasil sofria com o golpe militar. Contudo, o ensino técnico já estava sendo utilizado nos Estados Unidos, o intuito desta pedagogia era de preparar os alunos para obterem mão de obra qualificada, esta perspectiva era totalmente voltada para beneficiar o capitalismo, essa ideologia de educação despertou o interesse dos militares brasileiros, obviamente, essa forma de ensino traria benefícios para o capital brasileiro, diante disto, o MEC (Ministério da educação e Cultura) juntamente com USAID (United States Agency for International Development) firmaram um acordo com o intuito de realizar uma reforma educacional no Brasil. De acordo com Jacobucci (2002, p. 40) “...o acordo MEC/USAID (Ministério da Educação e Cultura e United States Agency for International Development), pelo qual o Brasil passa a receber cooperação financeira e assistência técnica para a implementação da reforma.”

Segundo o autor:

Os peritos envolvidos neste acordo concluíram que a formação técnico profissionalizante seria o ideal para a educação brasileira porque era também o ideal na formação do estudante norte-americano. (JACOBUCCI, 2001, p. 47)

Para Jacobucci (2001, apud GODOTTI, 1984, p. 57) “Por detrás dessa concepção de educação escondia se a ideologia desenvolvimentista visando ao aperfeiçoamento do sistema industrial e econômico capitalista.” Segundo o autor, o intuito desta concepção á uma nova reforma, com uma perspectiva tecnicista, era para acelerar o crescimento econômico por meio de incentivos às indústrias, utilizando da educação para obter de seus interesses.

Segundo o autor:

A escola liberal tecnicista atua no aperfeiçoamento da ordem social vigente (o sistema capitalista), articulando-se diretamente com o sistema produtivo; para tanto, emprega a ciência da mudança de comportamento, ou seja, a tecnologia comportamental. Seu interesse principal é, portanto, produzir indivíduos “competentes” para o mercado de trabalho, não se preocupando com as mudanças sociais. (MARQUES, 2012, p. 3)

A pedagogia em uma perspectiva tecnicista, não coloca o aluno e o professor no centro do ensino-aprendizagem, o foco está na técnica, em como fazer, em um ensino pragmático, sistematizado, a educação é posta como se tivesse que seguir uma “receita”, os

professores eram apenas executores, estavam em sala de aula para transferir o conhecimento que já estava totalmente programado por supostos “especialistas”.

Segundo o autor:

Nesta pedagogia, o elemento principal é a organização racional dos meios e, professor e alunos, relegados à condição de executores de um processo cuja concepção, planejamento, coordenação e controle ficam a cargo de especialistas supostamente habilitados, neutros, objetivos e imparciais. Esta pedagogia dita o processo que define o que os professores e alunos devem fazer e assim também, quando e como o farão. (JACOBUCCI, 2001, p.46)

O professor não possuía autonomia ou sequer liberdade para preparar o material para sua turma, independente, se era ele em que estava atuando todos os dias em sala de aula, conhecendo seus alunos com mais totalidade, o conteúdo que devia ser aplicado não estava sob sua jurisdição, sendo um mero reproduzidor de conhecimentos.

Segundo o autor:

O professor é apenas um elo de ligação entre a verdade científica e o aluno, cabendo-lhe empregar o sistema instrucional previsto. O aluno é um indivíduo responsivo, não participa da elaboração do programa educacional. Ambos são espectadores frente a verdade objetiva. A comunicação professor-aluno tem um sentido exclusivamente técnico, que é o de garantir a eficácia da transmissão do conhecimento. Debates, discussões, questionamentos, são desnecessários, assim como pouco importam as relações afetivas e pessoais dos sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem. (JACOBUCCI, 2001 apud LIBÂNEO, 1989, p.30)

Sem interações, sem diálogos, sem criticidade de ambos os lados, tanto professores, como alunos, uma sala de aula, totalmente passiva, direcionada propositalmente pela burguesia, seguindo uma ideologia economicista; como destaca o autor “espectadores”, ou seja, estavam apenas seguindo o curso de seus deveres, uma pedagogia, a qual o único foco era a técnica, especialização de mão de obra, o que passava desta perspectiva era vaidade.

Para Freire (2001, p. 24) “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção.” O trabalho docente, não está pautado em repassar informações, é mais complexo, profundo, abrangente do que se pode imaginar. O docente deve ser, juntamente com o discente, construtores da aprendizagem, é um trabalho mútuo, em equipe, onde a aprendizagem ocorre simultaneamente, entre professor e alunos.

Contudo, a educação estava à mercê de um sistema voltado para as necessidades econômicas sociais, o foco da educação não estava em sua essência, formar o ser humano em todas as suas especificidades, em todos os seus aspectos, mas sim, disciplinar uma camada social específica, os moldando de acordo com a demanda do sistema econômico, para que sejam uma mão de obra qualificada. Obviamente, este ensino acaba reforçando uma divisão na educação, entre os grupos sociais, no próximo tópico discutiremos mais a

fundo sobre o dualismo educacional no Brasil.

2 O DUALISMO EDUCACIONAL

A luta pela igualdade educacional e por uma educação de qualidade tem sido constante em nossa sociedade; ao longo da história, as classes de baixa renda sempre enfrentaram uma batalha para garantir seu acesso à educação, a qual, por sua vez, era limitada apenas à elite. Com o passar dos anos, muitas conquistas foram alcançadas, garantimos o direito à educação para todos, contudo, será que podemos afirmar que a educação ofertada à população é de qualidade?

Analisando o contexto educacional das escolas públicas, podemos observar sua intrínseca relação com a economia do país e o sistema capitalista, a qual vem se apropriando cada vez mais do âmbito educacional para seu benefício próprio. Contudo, essa ideologia de educação está cada vez mais presente no ensino público, evidenciando a desigualdade social entre a burguesia e o proletariado. Enquanto a escola particular frisa um ensino a qual seu enfoque está no desenvolvimento humano como um todo, as escolas públicas têm abordado um papel mais assistencialista, limitando o repertório educacional de seus alunos, segundo Libâneo (2012, p.23) “a escola que sobrou para os pobres, caracterizada por suas missões assistencial e acolhedora.”.

Com base nesta ideia, diversos questionamentos surgem em torno do que seria o verdadeiro papel da escola da rede pública de ensino, qual a sua função? o que se espera? onde estão pautados seus princípios?

Segundo o autor:

Os discursos sobre as funções da escola vêm manifestando um raciocínio reiterativo, a saber: o insucesso da escola pública deve se ao fato de ela ser tradicional, está baseada no conteúdo, ser autoritária e, com isso, constitui-se como uma escola que reprova, exclui os mal sucedidos, discrimina os pobres, leva ao abandono da escola e a resistência dos alunos etc. (LIBÂNEO, 2012, p. 21)

Vemos, com base na fala do autor, que a escola pública insiste em métodos, ações, ideologias, totalmente antiquadas, fora da realidade e necessidade da população; a insistência por uma educação que não tenha relação com o cotidiano, com a cultura de seus alunos. Para Freire (2011, p. 78) “Como educador preciso ir “lendo” cada vez melhor a leitura do mundo que os grupos populares com quem trabalho fazem de seu contexto.” Ou seja, é de suma importância o educador compreender a realidade de seus alunos, compreender de fato sua inserção na sociedade atual e relacionar suas práticas pedagógicas ao contexto histórico de seus educandos.

Analisando a progressão das escolas brasileiras, sendo elas da rede pública e

privada, de fato, podemos identificar distintas propostas, valores e conceitos que se divergem. Contudo, o que o torna incompreensível, está pautado no conceito de que a educação brasileira, a partir de 1988, torna de fato, a ser direito para todos.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; (CONSTITUIÇÃO, 1988)

A educação se tornando direito de todos, ou seja, para todas as camadas sociais existentes, seja burguês ou proletário, dito isto, quais os argumentos existentes que podem defender essa divisão de ensino? Como garantir o direito para todos, com uma ideologia populista a qual inferioriza as camadas populares?

Segundo o autor:

o dualismo da escola brasileira em que, num extremo, estava a escola assentada no conhecimento, na aprendizagem e nas tecnologias voltada aos filhos dos ricos, e em outro, a escola do acolhimento social, da integração social, voltada aos pobres e dedicada, primordialmente a missões sociais de assistência e apoio às crianças. (LIBÂNEO, 2012, p. 16)

O autor frisa que a educação brasileira, tem abordado uma proposta assistencialista as camadas populares; enquanto os ricos obtêm uma educação integrada, a qual visa seu desenvolvimento como um todo; tal circunstância, enfatiza cada vez mais a dualidade de ensino, a segregação existente entre as camadas sociais, inexistindo a igualdade de um ensino de qualidade, a qual deveria ser para todos.

Segundo o autor:

a escola para o acolhimento social tem sua origem na Declaração Mundial sobre Educação para Todos, de 1990, e em outros documentos produzidos sob o patrocínio do Banco Mundial, nos quais é recorrente o diagnóstico de que a escola tradicional está restrita a espaços e tempos precisos, sendo incapaz de adaptar-se a novos contextos e a diferentes momentos e de oferecer um conhecimento para toda a vida, operacional e prático. (LIBÂNEO, 2012, p. 17)

A partir da conferência mundial, com o tema “Educação para todos” que ocorreu em Jomtien, na Tailândia, a educação passa a ter um olhar assistencial, a educação “básica” deve ser direito para todos, contudo, atrás desta definição, o dualismo educacional toma mais força, pois o “básico” minimizou o que um aluno, de determinada classe social (popular) deve receber da escola, um objetivo delimitado, com poucas expectativas.

Segundo a autora:

Um dos grandes perigos dos tempos atuais é uma escola a “duas

velocidades”: por um lado, uma escola concebida essencialmente como um centro de acolhimento social, para os pobres, com uma forte retórica da cidadania e da participação. Por outro lado, uma escola claramente centrada na aprendizagem e nas tecnologias, destinada a formar os filhos dos pobres (NÓVOA, 2009 apud LIBÁNEO, 2012, p. 16-17)

É possível identificar duas vertentes em discussão, a escola particular como detentora do saber e a pública destinada a tratar de questões sociais. A autora usa o termo “duas velocidades”, trazendo uma conjectura a sua fala, podemos deduzir que há a existência de duas escolas, ambas estão em uma corrida, porém uma está a 10 km de distância a frente da outra; em decorrência desta problematização, de fato, podemos dizer que há igualdade de ensino em nosso país?

Logo após, iremos analisar a situação atual na educação brasileira, enfatizando as mudanças que ocorreram com o novo ensino médio.

3 A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

É de conhecimento geral que todos os anos da educação básica são fundamentais para a formação de um indivíduo. No entanto, os três últimos anos, correspondentes ao Ensino Médio, se apresentam como determinantes na vida de um aluno, tendo em vista que ele precisa estar preparado como pessoa, cidadão e profissional para os desafios do pós-escola. Nesse sentido, muito se debate a respeito da grade curricular dos anos finais, o que é reforçado pela discussão sobre o Novo Ensino Médio e suas mudanças implementadas através da introdução da Base Nacional Comum Curricular nas escolas, de acordo com a lei nº 13.415/2017.

No início dos anos 2000, segundo Kuenzer (2000) o objetivo do ensino médio era formar jovens que atuem de forma produtiva nas relações sociais que existem no mundo. Um exemplo de relação social concreta dita por Kuenzer diz respeito ao mercado de trabalho, ou seja, as condições de empregabilidade que a escola proporciona ao indivíduo, para que ao concluir a educação básica, este esteja apto a ingressar no mercado de trabalho. Portanto, exige-se mais da formação dos indivíduos, e conseqüentemente é exigido mais da escola, visto que ela precisa preparar seus alunos de acordo com as novas demandas da sociedade, pois estes potenciais formandos serão os novos trabalhadores de amanhã. “...o objetivo da elaboração e implementação da BNCC para o ensino médio, como resposta a uma problemática histórica, a qual está intrinsecamente relacionada às demandas do mercado de trabalho capitalista e neoliberal”. (ANDRADE; PEREIRA; SOUZA, 2019, p. 110)

Na década de 90 foi criada uma reforma no ensino, com o objetivo de adequar a

educação às novas demandas oriundas do trabalho, onde deveria existir uma educação básica de qualidade e até mesmo uma educação profissional, pois as novas demandas de trabalho buscavam por mais produtividade com qualidade. A nova reforma, imposta através da lei 13.415/17 veio com o objetivo de uma formação mais profissionalizante, quase duplicando a carga horária, passando de quatro horas diárias para o total de sete horas diárias. Fato é que a esta reforma está em fase de experimentação, mas é perceptível que sua estrutura indica a preocupação com uma formação voltada para o mercado de trabalho.

Segundo os autores:

As propostas educacionais têm sido baseadas em interesses de grupos financiadores com alto poder aquisitivo que não possuem conhecimento adequado para implementarem no setor educacional, contudo, contratam empresas que lidam com a questão de maneira industrial e capitalista, para atender a interesses específicos de quem os contrata, descumprido assim, com os anseios sócio educacionais de muitos lugares. (ANDRADE; PEREIRA; SOUZA, 2019, p. 110)

Vemos que a educação brasileira, tem oferecido uma educação para as camadas populares de forma antiquada, o sistema econômico continua a tempos interferindo no sistema educacional, relacionando a economia com a educação, fazendo uso da escola para aperfeiçoar a classe dominada, para uma mão de obra qualificada. Segundo Andrade; Pereira; Souza (2019, p. 115) “Sobre esse aspecto, existem estudos educacionais e pesquisas com abordagem marxista que afirmam a escola como instrumento do capitalismo e de seus anseios para obter mão-de-obra ao mercado de trabalho.”

Segundo os autores:

a crítica feita por estudiosos da educação e curriculistas a esta política de currículo e a conduta do governo, a qual tem sido considerada arbitrária, demonstrando o comprometimento no desenvolvimento de um indivíduo padrão por meio de competências e habilidades, as quais servirão aos anseios do mercado de trabalho e de uma elite capitalista. (ANDRADE; PEREIRA; SOUZA, 2019, p. 111)

A nova concepção de ensino médio, segundo os autores, tende padronizar o ensino, frisando habilidades e competências que estejam interligadas ao mercado de trabalho, contudo, a burguesia prevalece se beneficiando das camadas populares, investindo na sua formação para assim gerar mais valia para seu capital.

Segundo a autora:

Saviani (apud Zotti, 2004, p. 163) compara a Reforma do Ensino Médio atual à Lei 5.692/71 que reformou os antigos 1º e 2º graus. Esta Lei visava corrigir a estrutura destes graus de ensino e “ajustar compativelmente (...) perante a realidade, especialmente a econômica”. (SILVA, 2022, p. 9)

Por trás desta reforma, segundo os autores, podemos ver que os interesses em tais mudanças estão além de “um ensino de qualidade”, há interesses políticos, econômicos entre outros que permeiam tais modificações

tão drástica no ensino.

Segundo a autora:

A reforma do Ensino Médio impacta a escolarização da juventude brasileira, com uma oferta de um ensino profissionalizante que não funcionou na década de 1970. Teremos um ensino superficial e ainda mais precário, porque tirando conteúdos eles não formam pessoas com senso crítico. Precisamos de uma escolarização escolar sólida e o que esta reforma faz é exatamente o contrário. O desafio que nos é colocado hoje mais uma vez é que precisamos de uma política educacional de expansão e universalização do ensino público com qualidade social e excelência acadêmica. (SILVA, 2022, p. 11)

O novo ensino médio, segundo a autora, trata-se de um grande retrocesso para o Brasil e para o povo brasileiro. Insistentemente, a classe dominante insiste em formar meros reprodutores. A educação nacional, necessita de uma mudança alarmante, uma mudança que respeite o educando, que incentive sua criticidade e que o coloque na sociedade como um cidadão ativo, apto para participar efetivamente de todo o processo de crescimento, seja economicamente, social, cognitivamente, ou melhor, em todos os aspectos, que uma pessoa tem direito de usufruir como cidadão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito se discute sobre a situação educacional no Brasil, a desigualdade social, o dualismo existente na educação, ainda são fatores que norteiam nossa educação. A economia continua regendo nossa nação e interferindo em nossa educação como um todo, ou seja, o sistema educacional está condicionado às vontades da classe dominante, prejudicando uma classe em específico, as camadas populares.

O capitalismo necessita de pessoas que se acomodam, que não tenham interesse em se tornar “burgueses”, eles necessitam dos proletários para engrenar suas fábricas reprodutoras de mais valia e sem as camadas populares para realizarem este trabalho a elite perece.

Essa condição fica clara a partir da análise histórica que fizemos nesta pesquisa. Observando que a Constituição de 1937 deixava clara essa divisão de educação para as classes sociais distintas; posteriormente, em 1942, a reforma capanema intensifica a dualidade de ensino, com a separação entre a classe ‘trabalhadora e os intelectuais”, a qual, os trabalhadores se qualificam para o trabalho, e os intelectuais, para a ingressão ao ensino superior. Apenas em 1961, a educação se estabelece na constituição, com a 1ª Lei de bases e Diretrizes, a qual visava uma educação mais igualitária, contudo, não obteve muito sucesso em seus propósitos, pois a educação ainda estava elitista. Com o advento do golpe militar em 1964, a educação deu um

passo para trás, pois em 1971, os militares sancionam de forma autoritária a reforma educacional, dando ênfase ao ensino técnico, com base em seus interesses sócio econômicos.

É nítido o fato de que, desde os tempos mais antigos, sempre houve uma separação entre pessoas, classificadas de acordo com suas posses, de um lado, os mais ricos, do outro, os pobres, essa segregação, acompanhou a história da humanidade e até a atualidade, mesmo com tanto acesso à informação e direitos comprovados através da nossa legislação, a educação continua com seu aspecto dual. Prevalece a ideia de escola para os ricos e escola para os pobres, qualidade de ensino para os ricos e o que sobra, para os pobres, aliás na perspectiva da elite, eles não precisam de “muito”. O ensino como direito para todos consta em nosso artigo, a constituição ressalta esse dever do estado, contudo, analisando todo o cenário brasileiro podemos concluir que são belas palavras escritas em um papel, apenas isso.

Podemos inferir que a nova reforma do ensino médio reforça a divisão da formação para classes sociais distintas, privilegiando as classes detentoras de mais capital, uma vez que estas terão condições de acesso à conhecimentos e formações que as classes com menor poder aquisitivo. Vemos na nova proposta a idéia de um ensino profissionalizante, técnico, o retrocesso; o ensino público, oferecido às classes populares, continua a reproduzir a ideologia de uma educação para a qualificação, da mesma forma que a teoria do capital humano, o ensino técnico na época da ditadura, estamos voltando no tempo, a educação ao invés de seguir seu percurso de inovação da sociedade atual, tem demonstrado explicitamente as vontades de um sistema reprodutor de desigualdades.

Respondendo a nossa pergunta de pesquisa sobre: Qual a finalidade de o ensino técnico ser voltado apenas para as classes populares? Concluimos que, o ensino técnico é destinado às classes populares, pois na dicotomia da classe dominante, deve haver essa separação, o pobre deve continuar pobre, o rico deve continuar se enriquecendo, há inúmeras vantagens para a burguesia manter esse sistema capitalista regendo toda a nossa sociedade, diante disto, o ensino profissionalizante é destinado às camadas populares, enquanto os filhos dos ricos se preparam para as melhores universidades, para se tornar os futuros burgueses, ditadores dos próximos operários, que estão sendo formados na escola dos pobres.

Os objetivos deste artigo, a qual estão pautados em destacar a importância de um ensino igualitário a qual promova oportunidades para todas as pessoas, independente da sua classe social, deixando de lado a educação dualista existente em nosso país, chegam a conclusão de que para ser efetivado é importante que os educadores participem efetivamente dos processos decisórios em relação às políticas públicas voltadas para a educação. Somente dessa forma, teremos uma mudança nessa condição de

desigualdade formativa, que leva a uma naturalização das desigualdades sociais, reforçando cada aspecto do ser humano, que incentiva a criticidade, que façam os alunos se levantarem e acreditarem em si, para que eles enxerguem seu potencial. Obviamente, esta mudança, também deve ocorrer nas formações de professores, a qual, não devem aceitar serem meros reprodutores do sistema capitalista. Uma educação igualitária, que transforma, essa é a mudança que precisamos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 1.076, de 31 de março de 1950. Assegura aos estudantes que concluírem curso de primeiro ciclo do ensino comercial, industrial ou agrícola, o direito à matrícula nos cursos clássico e científico e dá outras providências. 1950. Disponível em: . Acesso: 8 fev. 2018

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, de 10 de novembro de 1937. Disponível em: <<http://www.planalto.gov>

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1968. (Coleção AEC)

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB)**. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1. p. 27833.

CHAVES, Lyjane Queiroz Lucena. **Um breve comparativo entre as LDBs**. Revista Educação Pública, v. 21, nº 29, 3 de agosto de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/29/um-breve-comparativo-entre-as-lpbs>

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Paz e Terra: São Paulo, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Org.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. 2. ed. São Paulo: Cortez editora, 1984.

JACOBUCCI, A. **Revolucionou e acabou?**. Compacta: São Carlos, 2002.

RAMOS, M. N. **História e política da educação profissional**. Coleção formação pedagógica, Curitiba, v. 5, 2014. ISBN 978-85-8299-031-5

MARQUES, A. A. **A PEDAGOGIA TECNICISTA: UM BREVE PANORAMA**. Itinerarius Reflectionis, Goiânia, v. 8, n. 1, 2012. DOI: 10.5216/rir.v1i12.1313. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/rir/article/view/20378>. Acesso em: 23 out. 2022.

MEDEIROS, G. S. L. **Era Vargas: a Educação como Instrumento Político**. Revista Multidisciplinar e de Psicologia, v. 14, n. 50, p.835-853, mai.2020. ISSN 1981-1179.

PAZ, R. J. R.; CARVALHO, J. L. M. **Educação no Brasil: a indústria como força motriz para a expansão da Educação Profissional e a reforma do Ensino Médio: Lei no 13.415/2017**. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S.l.], v. 1, n. 20, p. e 9471, jun.2021. ISSN 2447-1801.

Saviani, Dermeval. **Escola e democracia**. Cortez editora. 12. ed. São Paulo, 1986.

SILVA, A. V. M. da. **A pedagogia tecnicista e a organização do sistema de ensino brasileiro**.

Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 16, n. 70, p. 197–209, 2017. DOI:10.20396/rho.v16i70.8644737. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8644737>. Acesso em: 23 out. 2022.

SILVA, Edna Maria Lopes Da. **O novo ensino médio: impactos na escolarização da juventude brasileira**. VII CONEDU - Conedu em Casa... Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/81619>>. Acesso em:23/10/2022 15:40

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Grupo de Estudos e Pesquisas, **História, Sociedade e Educação no Brasil**. Faculdade de Educação – UNICAMP. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/index.html>.